

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.637.649 - SP (2019/0370206-6)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
PROCURADOR : LUCYMAR BARBOZA DE SOUZA PEREIRA - SP120743
AGRAVADO : PORTORICO INCORPORAÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA
ADVOGADO : PRISCILA ROCHA PASCHOALINI - SP216248

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

EXECUÇÃO FISCAL - - Ausência de fundamento legal das CDA's - Inobservância aos requisitos do art. 2º § 5º, da Lei 6.830/80 e do art. 202, do CTN - Vícios que impedem a substituição ou emenda da CDA por atingir o próprio lançamento - Precedentes - Nulidade configurada - Sentença de extinção mantida -Recurso Improvido.

Quanto à primeira controvérsia, a parte alega violação da Súmula n. 392 do STJ e dos arts. 2º, § 8º, da Lei n. 6830/80 e 321 do CPC, no que concerne à possibilidade de emenda ou substituição dos títulos até a decisão de primeira instância, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Tratando-se de pretensão ventilada em execução fiscal, ainda que se vislumbresse a existência de irregularidade na formação do título, de rigor seria o cumprimento da medida preconizada pelo artigo 2º, §8º, da Lei Federal nº 6.830/80, que expressa e inequivocamente estabelece que "até a decisão de primeira instância, a Certidão de Dívida Ativa poderá ser emendada ou substituída".

Repita-se: a lei que regulamenta o procedimento executivo fiscal é de clareza solar quanto à possibilidade conferida às Fazendas Públicas, de emendar os títulos executivos que aparelham a pretensão executiva fiscal.

[...]

Tudo isso converge a uma única conclusão: a extinção propalada é prematura, e acabou por negar à Fazenda Pública o direito de emendar ou suprir os vícios que alegadamente se fazem presentes quanto aos elementos formais da petição inicial e documentos (fls. 148/152).

Quanto à segunda controvérsia, alega violação dos arts. 4º e 6º do CPC, no que concerne à necessidade de busca pela efetiva entrega da prestação jurisdicional, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

É dever das partes, e também do Mecanismo Judicial, prezar pela efetiva composição do litígio, conjugando-se esforços cooperativamente para que haja prolação de decisão meritória.

[...]

Sendo assim, uma vez constatada a inadimplência do devedor (emissão da Certidão de Dívida Ativa), tendo sido provocada a tutela jurisdicional, imperativo que o Poder Judiciário analisasse a situação também sob outro prisma, sem formalismo exacerbado, de forma a zelar pela efetiva entrega da prestação jurisdicional, permitindo-se o prosseguimento da cobrança até a satisfação integral dos créditos fazendários.

Além disso, não se pode deixar de observar que se encontra em jogo a recuperação de receitas públicas, decorrentes do exercício do poder de tributação e/ou fiscal, e que abastecem os cofres públicos para a prestação de serviços à coletividade (fl. 153).

Quanto à terceira controvérsia, alega violação dos arts. 9º e 10º do CPC, no que concerne à violação ao contraditório e ampla defesa, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Por fim, cumpre destacar que a r. sentença recorrida, mantida pelo V. Acórdão, não observou os artigos 9º e 10, ambos do Novo Código de Processo Civil de 2015, que conferem às partes a oportunidade de manifestação quando o juízo condutor do feito vislumbrar existência de possível falha procedimental.

[...]

Ora, a possibilidade de exercício de tal garantia foi sumariamente tolhida, visto que a decisão de primeira instância, confirmada pela 18ª Câmara de Direito Público, extinguiu a ação executiva sem cumprir os rigores exigidos pelo Código de Processo Civil, em evidente falha procedimental (error in procedendo) que deverá ensejar a sua anulação (fls. 154/155).

É o relatório. Decido.

Quanto à **primeira** controvérsia, na espécie, o acórdão recorrido assim decidiu:

Contudo, a r. sentença julgou extinto o processo sob o fundamento de que a CDA está destituída de qualquer fundamento legal quanto à natureza da dívida, a evidenciar vício no próprio lançamento do tributo.

Em que pesem as razões expostas pela apelante, a r. sentença deve ser mantida pelos seus próprios e jurídicos fundamentos.

[...]

Da mesma forma, não há que se falar em possibilidade de substituição das CDAs, porquanto a jurisprudência do E. Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que "(...) é certo que a Fazenda Pública pode substituir ou emendar a certidão de dívida ativa (CDA) até a prolação da sentença de embargos (artigo 2º, § 8º, da Lei 6.830/80), quando se tratar de correção de erro material ou formal, vedada, entre outras, a modificação do sujeito passivo da execução (Súmula 392/STJ ou da norma legal que, por equívoco, tenha servido de fundamento ao lançamento tributário (Precedente do STJ submetido ao rito do artigo 543-C, do CPC: REsp 1.045.472/BA, Rei. Ministro Luiz Fux, Primeira Seção, julgado em 25.11.2009, DJe 18.12.2009).’ (REsp 1115501/SP, 1ª Seção, Rel. Min. Luiz Fux, J. 10/11/2010, DJe 30/11/2010).

Destarte, a extinção da execução fiscal por falta de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular era a medida que se impunha e que ora se mantém (fls. 137/141).

Aplicável, portanto, o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões recursais delineadas no especial estão dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, tendo em vista que a parte recorrente não impugnou, de forma específica, os seus fundamentos, o que atrai a aplicação, por conseguinte, do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou na linha de que, “não atacado o fundamento do aresto recorrido, evidente deficiência nas razões do apelo nobre, o que inviabiliza a sua análise por este Sodalício, ante o óbice do Enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal” (AgRg no AREsp n. 1.200.796/PE, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 24/8/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.682.077/RS, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 11/10/2017; AgInt no AREsp n. 734.966/MG, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 4/10/2016; AgRg nos EDcl no REsp n. 1.477.669/SC, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 2/5/2018; e AgRg no AREsp n. 673.955/BA, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 8/3/2018.

Ademais, não é cabível o recurso especial por ofensa a enunciado de súmula dos tribunais.

Assim, incide o óbice da Súmula n. 518 do STJ: “Para fins do art. 105, III,

Superior Tribunal de Justiça

'a', da Constituição Federal, não é cabível recurso especial fundado em alegada violação de enunciado de súmula”.

Nesse sentido: AgInt no REsp 1.532.990/MT, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 14/2/2019; AgInt no REsp 1724930/SP, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 22/8/2018; AgRg no AREsp 741.903/DF, relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, DJe de 4/12/2015; e AgRg no AREsp 10.529/DF, relator Ministro Newton Trisotto (Desembargador Convocado do TJ/SC), Quinta Turma, DJe de 18/5/2015.

Quanto à **segunda** e à **terceira** controvérsias, na espécie, incide o óbice das Súmulas n. 282/STF e 356/STF, uma vez que as questões não foram examinadas pela Corte de origem, tampouco foram opostos embargos de declaração para tal fim. Dessa forma, ausente o indispensável requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: REsp n. 1.160.435/PE, relator Ministro Benedito Gonçalves, Corte Especial, DJe de 28/4/2011; AgInt no AREsp n. 1.339.926/PR, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 15/2/2019; e REsp n. 1.730.826/MG, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 12/2/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente